



EXAME FINAL NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

Prova Escrita de História B

11.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho

Prova 723/2.ª Fase

8 Páginas

Duração da Prova: 120 minutos. Tolerância: 30 minutos.

2014

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.

Não é permitido o uso de corretor. Deve riscar aquilo que pretende que não seja classificado.

Para cada resposta, identifique o grupo e o item.

Apresente as suas respostas de forma legível.

Apresente apenas uma resposta para cada item.

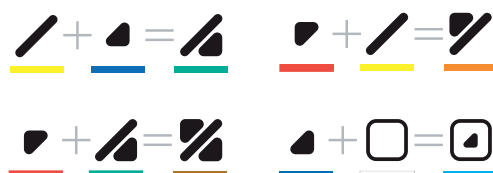
As cotações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.



ColorADD

Sistema de Identificação de Cores

CORES PRIMÁRIAS | BRANCO E PRETO



BRANCO | PRETO | CINZENTOS



TONS CLAROS



TONS ESCUROS



GRUPO I

DO ANTIGO REGIME À AFIRMAÇÃO DO LIBERALISMO

Documento 1

Propostas iluministas, segundo Diderot, na *Enciclopédia* (1751-1772)

Nenhum homem recebeu da natureza o direito de comandar os outros. A liberdade é um presente do céu, e cada indivíduo da mesma espécie tem o direito de gozar dela logo que goze da razão. [...] Qualquer outra autoridade [...] vem duma outra origem, que não é a da natureza. Examinando-a bem, sempre se a fará remontar a uma dessas duas fontes: ou a força e a violência daquele que dela se apoderou; ou o consentimento daqueles que são submetidos por um contrato celebrado [...] entre eles e aquele a quem cederam a autoridade. O poder que se adquire pela violência não é mais do que uma usurpação e não dura senão enquanto a força daquele que comanda prevalece sobre a daqueles que obedecem.

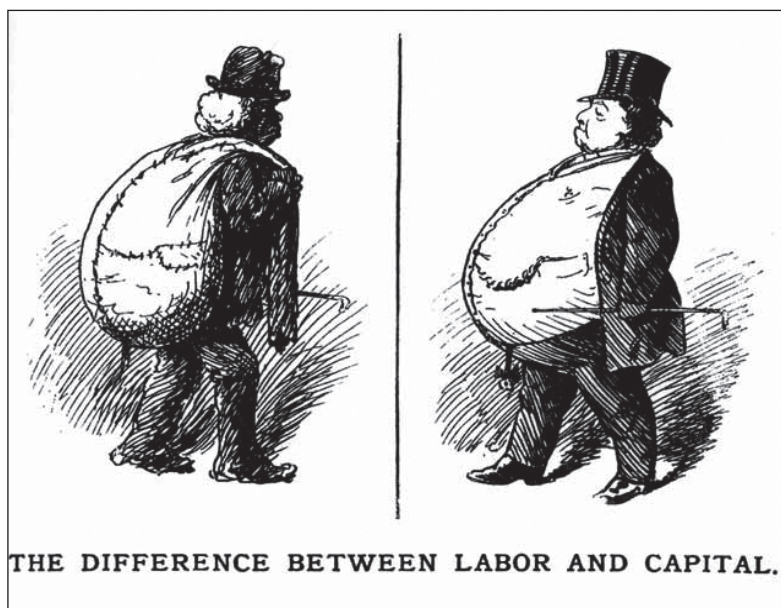
Documento 2

Os princípios do liberalismo económico, segundo Adam Smith (1776)

No meio de todas as exigências do governo [de Inglaterra], o capital foi silenciosa e gradualmente acumulado pela poupança e pelo bom emprego dos capitais por parte dos particulares, pelo seu universal, contínuo e ininterrupto esforço para melhorar a situação de cada um. Foi este esforço, protegido pela lei e acompanhado da liberdade de exercer-se da forma mais proveitosa, que manteve a Inglaterra no caminho da riqueza e do progresso [...].

Estando assim afastados todos os sistemas, tanto de incentivos como de restrições, o óbvio e simples sistema da liberdade natural estabelece-se por si próprio. Todo o homem, desde que não viole as leis da justiça, tem direito a lutar pelos seus interesses como melhor entender e a entrar em concorrência, com a sua indústria e capital, com os de qualquer outro homem.

Trabalho e capital – caricatura publicada na revista *Life* (1887)



Tradução: A diferença entre o trabalho e o capital.

1. Explique, com base no documento 1, três das ideias dos filósofos iluministas contrárias ao modelo político-social da monarquia absoluta.
2. Identifique três dos princípios do liberalismo económico presentes no documento 2.
3. Explique, a partir dos documentos 2 e 3, três das alterações sociais decorrentes da afirmação do liberalismo económico.

Identificação das fontes

Doc. 1 – Denis Diderot, «Autoridade Política», *Enciclopédia*, in Gustavo de Freitas, *900 Textos e Documentos de História*, vol. III, Lisboa, Plátano Editora, 1976, pp. 22-23 (adaptado)

Doc. 2 – Adam Smith, *Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, vol. I, p. 604, e vol. II, p. 284 (adaptado)

Doc. 3 – Anónimo, *Life*, 3 de fevereiro de 1887,
in [www.http://books.publishing.monash.edu/apps/bookworm/view/Drawing+the+Line/77/xhtmll/chapter06.html](http://books.publishing.monash.edu/apps/bookworm/view/Drawing+the+Line/77/xhtmll/chapter06.html)
(consultado em 08/11/2013)

GRUPO II

PORTUGAL: DA PRIMEIRA REPÚBLICA AO ESTADO NOVO

Discurso de Salazar na manifestação de apoio à ditadura, promovida pela União Nacional (17 de maio de 1931)

- 1 Assoberbado de trabalho e minado de preocupações, [...] eu tinha talvez o direito de não falar hoje, aqui, [...] se não fora por um lado o receio de ser mal interpretado o meu silêncio e por outro o desejo de saudar, ostensivamente, a União Nacional no ato da sua primeira intervenção na vida pública portuguesa.
- 5 [...] Homens de vários credos, vindos de todos os horizontes do pensamento e da ação, oriundos de todas as classes, [...] puderam pôr de lado os motivos de divisão e encontrar nos princípios fundamentais da União Nacional aquele terreno comum de colaboração dos Portugueses, indispensável para a nova política, a nova administração, a nova economia da nossa Pátria: estamos vendo coisas novas em Portugal. [...]
- 10 Reagindo contra uma atmosfera de irreverência, de desrespeito quando não de declarada revolta; debatendo-nos num ambiente em que parece que o poder se abastardava e toda a autoridade se dissolvia; lutando contra a corrente de internacionalismo suspeito com que as nações se estão deixando contaminar na sua mais íntima estrutura, nós partimos da realidade viva – económica, social, moral e política – da Nação Portuguesa e reconhecemos
- 15 na veneranda pessoa do Chefe do Estado não só o mais alto grau de autoridade, mas como que a expressão, o reflexo da própria unidade da Pátria: decididamente há coisas novas em Portugal, e importa focar [...] a fonte donde nascem as águas vivas deste renascimento.
- Nós vínhamos cansados das lutas intestinas, da guerra interior legalizada; nós tínhamos assistido às competências dos grupos na conquista do poder, e ao partidarismo no uso e no
- 20 gozo desse poder; nós tínhamos visto como ser ou não ser dos amigos do Governo conferia tais regalias e imunidades ou denegava tais faculdades e direitos que muitos de nós éramos estranhos na nossa própria terra e a garantia e extensão das nossas liberdades derivavam não das leis, mas da nossa filiação partidária; nós estávamos desolados perante o espetáculo
- duma instabilidade governativa que devorava os seus próprios fautores e inutilizava, uns após
- 25 outros, os homens de governo, impossibilitando toda a obra administrativa e a realização de qualquer pensamento político; nós víamos, pesarosos, sobrepor-se e adiar-se os grandes problemas nacionais, com receio de aumentar a divisão e os ódios onde seriam necessários o apaziguamento e a colaboração geral; e numa Europa que se refazia dos desastres da guerra e era levada a pôr, no trabalho das discussões, problemas transcendentais para os nossos
- 30 destinos, nós sentíamos-nos diminuir e enfraquecer na desordem, desanimar no esforço de reorganização. Das profundezas da alma da Pátria surgiu então o anseio duma disciplina que a todos se impusesse, duma autoridade que a todos conduzisse, duma bandeira que todos pudessemos seguir – *ditadura nacional, governo nacional, política nacional*.
- Essa foi a promessa, e hei de crer que tal tem sido a realização.

1. Identifique três das críticas de Salazar à Primeira República presentes no documento.
2. Explique, a partir do documento, três dos princípios político-ideológicos do regime defendido por Salazar.

Identificação da fonte

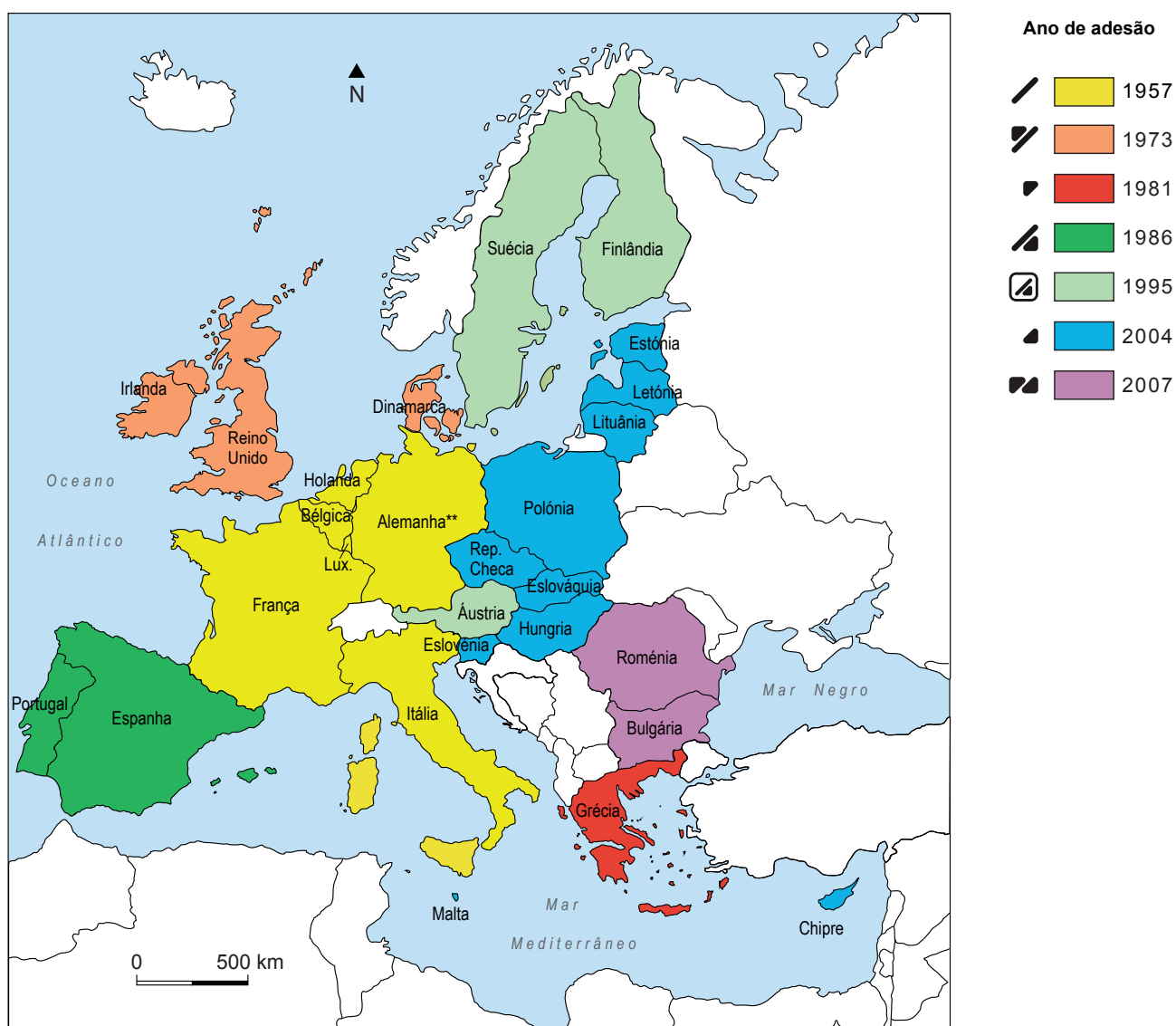
Salazar, «O interesse nacional na política da Ditadura», in *Discursos I, 1928-1934*, Coimbra, Coimbra Editora Lda., 1961, pp. 115-118 (adaptado)

GRUPO III

PORTUGAL E O PROJETO EUROPEU

Documento 1

A unidade europeia, um projeto em crescimento (1957-2007)*



* Em 2007, eram candidatos à adesão a Turquia, a Croácia e a Antiga República Jugoslava da Macedónia.

** A configuração apresentada corresponde ao território da Alemanha reunificada.

Documento 2

Portugal e a Europa: entrevista a Mário Soares (2001)

Portugal nunca colocou dificuldades reais aos seus parceiros europeus. O problema vinha de Espanha. Isso complicou-nos a tarefa, porque não lembrava a ninguém que Portugal pudesse aderir à Comunidade enquanto a Espanha era excluída, quando tanto nós como os espanhóis tínhamos sido vítimas de duas ditaduras e do abandono dos ocidentais. Felizmente, a partir de determinada altura, beneficiámos de sólidos aliados. [...]

Sou a favor de uma Europa federalista, de uma Europa política, que caminhe no sentido da unidade. [...] A Europa não pode ser o lacaio dos Estados Unidos, deve ser não só sua aliada e sua amiga, mas também um parceiro em pé de igualdade. [...] Ela não dispõe, neste momento, de um poder militar [...]. Presentemente, a rivalidade entre os Estados, os egoísmos nacionais e a ideia que muitos políticos ainda fazem de uma Europa de equilíbrio entre as potências impedem-na de avançar. [...] A Europa precisa de um motor. Depois do euro, esse motor será a unidade política.

Documento 3

Portugal: alguns indicadores da evolução económica e social (1986 e 2007)

Indicador	1986	2007
Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (em euros)	2 777,7	16 059,9
Taxa de inflação (em percentagem)	12,33	2,45
Fundos comunitários (em milhares de euros)	329 755	3 925 892
Taxa de crescimento do PIB (em percentagem)	3,32	2,37
Exportações para países da UE (em percentagem)	57	77,2*
Importações de países da UE (em percentagem)	44,9	75,5*
Taxa de mortalidade infantil (em permilagem)	15,8	3,4

* Dados referentes a 2006.

1. Refira, a partir do documento 1, três das características do processo de alargamento da Europa comunitária entre 1995 e 2007.

2. Desenvolva, a partir dos documentos de 1 a 3, o seguinte tema:

Portugal e o processo de cooperação europeia – dos anos 60 do século XX a 2007.

A sua resposta deve abordar, pela ordem que entender, três aspetos de cada um dos seguintes tópicos de referência:

- aproximação de Portugal à Europa (anos 60 e 70 do século XX);
- impactos da integração de Portugal na Europa comunitária;
- problemas e desafios na construção da unidade política na Europa comunitária.

Identificação das fontes

Doc. 1 – «O Tratado de Lisboa», Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu, Representação da Comissão Europeia em Portugal e MNE – Centro de Informação Europeia Jacques Delors, in <https://infoeuropa.eu/rocid.pt/registo/000042979/documento/0001/> (consultado em 11/11/2013) (adaptado)

Doc. 2 – Mário Soares, *Memória Viva – Entrevista com Dominique Pouchin*, Vila Nova de Famalicão, Edições Quasi, 2003, pp. 169-194 (adaptado)

Doc. 3 – *Pordata – Base de Dados Portugal Contemporâneo*, in <http://www.pordata.pt/portugal> (consultado em 11/11/2013) (adaptado) e AICEP, *Portugal – Ficha – País*, in http://www.portugalconvida.net/pt/pdf/portugal_em_numeros.pdf (consultado em 12/11/2013) (adaptado)

FIM

COTAÇÕES

GRUPO I

1.	30 pontos
2.	20 pontos
3.	30 pontos
80 pontos	

GRUPO II

1.	20 pontos
2.	30 pontos
50 pontos	

GRUPO III

1.	20 pontos
2.	50 pontos
70 pontos	

TOTAL	200 pontos